

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****C.N.P.J. N° 33.809.968/0001-71 - NIRE N° 35300139030**

**DATA, HORA e LOCAL:** Realizada no dia 26 de novembro de 1999, às 10 horas, na Av. Dracena, 818, São Paulo, Capital. **QUORUM/PRESENCAS:** a) Presenças: acionistas representando mais de 3/5 do capital social votante, conforme estruturas constantes da Lista de Presença de Acionistas. **INSTALAÇÃO:** Na forma estatutária, o Conselheiro Sr. José João Cardoso de Lucena declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** **PRÉSIDENTE:** Sr. José João Cardoso de Lucena e **SECRETÁRIA:** Dra. Hellegard Guiz Huna. **PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** EDITAL DE CONVOCAÇÃO Publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Diário de Comércio", nas edições de 18, 19 e 20 de novembro de 1999. **L) DELIBERAÇÕES:** **L1** sobre a Proposta do Conselho de Administração datada de 04.11.1999, para a emissão de debêntures simples, com o objetivo de captar recursos a serem utilizados para mudança do perfil de esquivamento da Companhia do seguinte teor: - "Senhores Acionistas! Este Conselho propõe a emissão de debêntures simples, em série única, na forma somativa escritural, com as seguintes características: Volume de emissão: R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais); Valor nominal: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); Quantidade de Debêntures: 16.000 (dezesseis mil); Garantia: flutuante; **VENCIMENTO:** 3 (três anos), contados a partir da data de emissão. Resgate Antecipado: a partir de 120 dia, da data de emissão, mediante pré-aviso de 15 (quinze) dias. Repactuação: a) anual; b) facultativa, a critério dos debenturistas, em caso de mudança do controle acionário da Companhia, ou em caso de alienação de ativos, isolado, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); **REMUNERAÇÃO:** juros a partir da data de emissão, pagos semestralmente, equivalentes a 105% do Certificado de



Depósitos Interbancários (CDI) apurada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Para implementar a operação propõe, ainda, que sejam delegadas poderes ao Conselho de Administração na forma do Parágrafo 1.º do art. 88 da Lei 6.406/76, bem como autorizada a Diretoria para contratar com Instituição Financeira a intermediação da emissão pública de debêntures, podendo praticar todos os atos, assinar a escritura de emissão bem como, todo e qualquer prospecto e requerimento, tomando todas as providências e praticando todos os atos, por mais especiais que sejam. Esta é a nossa Proposta que julgamos de interesse da Sociedade.”

**1.2- Detalhes da Operação:** Em complemento aos termos da Proposta acima transcrita, foram editados os seguintes detalhes sobre essa emissão pública de debêntures:

**1.2.1- Registros:** a emissão será registrada na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) na forma da Lei 6.385/76 e da Lei 6.406/76, e demais disposições regulamentares pertinentes. E, além dos registros da Escritura e Atos Societários, nos termos da lei, haverá o registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID).

**1.2.2- Forma:** As debêntures serão escriturais, para serem negociadas junto ao SNO (Serviço Nacional de Debêntures) administrado pela ANCIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos).

**1.2.3- Data de Emissão:** A data de emissão, para todos os efeitos legais, será o dia 31 de Dezembro de 1999.

**1.2.4- Prazo e data de Vencimento:** O prazo de vencimento será de 36(trinta e seis meses) contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de Dezembro de 2002.

**1.2.5- Colocação e Procedimentos:** O lançamento será público, com a conseqüente intermediação de instituições financeiras, para negociação nos mercados de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no art. 33 da Instrução CVM n.13, de 30.09.1980, sem reservas antecipadas e sem limites mínimos ou máximos de remuneração.

**1.2.6- Remuneração:** detalhes sobre a remuneração constam dos



itens 5.5 a 5.16.1 da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única no Valor Total de R\$150.000.000,00 da Santista Alimentos S/A, a ser assinada, nesta data, após a aprovação pela Assembleia da presente emissão de debêntures, a seguir reproduzidas:

**5.5 Remuneração:** As debêntures renderão juros equivalentes a 105% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, durante denominada "Taxa DI". As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa pro rate temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal das debêntures desde a data de emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

**5.5.1 Periodicidade de pagamento:** os juros serão pagos semestralmente, a contar da data de emissão, vencendo-se no 1º dia dos meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de junho de 2000, sem prejuízo do disposto no item 5.6. II.

**5.5.1.1** Se esta(s) data(s) coincidir(em) com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, a(s) data(s) de vencimento dos juros (cálculo) prorrogar(e)á automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer abatimento moralizado aos valores a serem pagos.

**5.5.2 - Período de Vigência da Remuneração:** As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência da data de emissão até 01 de dezembro de 2.000, data da primeira resgateio.

**5.5.3 - Fórmula de cálculo da remuneração:**

$$JR = VN \times \left[ (5 \times 2 \dots \times 6) + 1 \right]$$

onde,

JR = valor dos juros a ser pago na data do seu vencimento.



$VN$  = valor nominal da debênture no início do "período de capitalização";

$i_t = i_0 \times (1 + i)^j$  = fator de variação acumulado da Taxa DI, entre a data de início (inclusiva) e data final (exclusiva) do "período de capitalização" das juras, calculado conforme fórmula abaixo;

Os termos  $i_0$ ,  $i_t$ ,  $i$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$i = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{\frac{360}{j}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

onde,

$j$  = fator da Taxa DI referente ao dia " $j$ ";

Taxa DI, = Taxa DI, em percentual ao ano, base 360 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " $j$ ";

$S$  = 100 %;

**5.5.4 - Período de capitalização das juras:** Define-se "período de capitalização" das juras como sendo o intervalo de tempo durante o qual as juras serão acumuladas de forma exponencial. O valor das juras será agregado ao valor nominal para efeito de apuração do saldo devedor das debênturas. O pagamento das juras será exigível somente ao final do "período de capitalização", sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escutura.

**5.5.5 - Apropriação da Taxa DI** - No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da debênture da Taxa DI, conforme definida nesta Escutura, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, e no prazo máximo de 30 dias, de novo parâmetro de remuneração das debênturas a ser proposto pela Emissora.



§ 5.5.1 Na ausência de critério legal, a mesma Assembleia deliberará sobre a remuneração que as debênturas terão jus no período compreendido entre a data de última remuneração publicada e a data da citada Assembleia.

5.6. **Repactuação.** O Conselho de Administração da Emissora deverá deliberar e comunicar aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data de encerramento de cada "período de vigência da Remuneração" das Debênturas as condições de Remuneração aplicáveis ao "período de vigência da Remuneração" subsequente:

- I. o prazo do "período de vigência da remuneração" subsequente;
- II. o tipo e o(s) percentual(is) de Remuneração a vigorar durante o "período de vigência da Remuneração" subsequente; e
- III. a periodicidade de pagamento da Remuneração.

5.6.1 As condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 5.6 acima serão comunicadas aos debenturistas na forma da Cláusula 5.15 acima, considerando-se o prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, contado da data da publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação, por meio do CDTM.

5.6.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.6 acima, a Emissora obriga-se a adquirir as Debênturas dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que se manifestarem de acordo com o disposto na Cláusula 5.6.1 acima, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data de efetiva aquisição, que deverá ocorrer no encerramento de cada "período de vigência da Remuneração".

5.7. **Repactuação Antecipada.** A Emissora se obriga a repactuar antecipadamente, em conformidade com o disposto na Cláusula 5.6, item 5.6.1 acima, todas as obrigações objeto desta emissão, independentemente de qualquer aviso de notificação, na ocorrência das seguintes eventos:

- I. a alteração do controle acionário da Emissora; e
- II. a alteração de ativo da Emissora em montante, isolado, igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigido monetariamente



anualmente ou pelo menor período permitido por lei, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se por base o mês de novembro/1999. No caso de extinção deste índice ou a sua não divulgação, deverá ser utilizado o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) daquela mesma Fundação. E, na extinção ou falta de divulgação deste último índice, será utilizado outro que reflita a real desvalorização da moeda.

5.7.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.6 acima, a Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 5.6.1 acima, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data de efetiva aquisição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de manifestação dos debenturistas.

5.8 **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição** . As Debêntures serão subscritas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do registro na CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração a que se refere a Cláusula 5.5 acima, calculada pro-rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

5.9 **Resgate Antecipado**. A qualquer momento, respeitando-se o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão, a emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro-rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

5.10 **Aquisição Facultativa**. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora, incluindo aquelas que vierem a ser adquiridas nos termos das Cláusulas 5.8.2 e 5.9.1 acima, poderão ser canceladas.



permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanecerem em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, serão às mesmas Remuneração das demais Debêntures em circulação.

**5.11 Multa de Mora e Juros Moratórios.** Ocorrendo impossibilidade no pagamento de qualquer quantia devida aos detenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial.

**5.12 Decadência dos Direitos aos Ações. O** não comparecimento do detenturista para receber o valor correspondente a qualquer obrigação pecuniária nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acionismo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

**5.13 Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela Emissora por intermédio do SNE, administrado pela ANCEMA, e operacionalizado pela CETIP, e no Banco Bradesco S/A, para os detenturistas que não estiverem vinculados ao SNE.

**5.14 Prorrogação dos Prazos.** Considera-se-ão prorrogadas os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, sem acarretar qualquer acionismo, se o vencimento ocorrer sexta-feira em que não haja expediente comercial ou bancário.

**5.15 Publicidade.** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, visarem a envolver interesses dos detenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal Diário do Comércio.

**5.16 Vencimento Antecipado.** O Agente Fielíssimo poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração já, se for o caso, dos juros de mora e da multa moratória.



calculadas de acordo com o disposto na Cláusula 5.11 acima), calculadas exponencialmente por dias decorridos, devendo para tanto comunicar a Emissora no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

I. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido extinto por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;

II. liquidação ou descontinuação de atividade da Emissora;

III. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;

IV. falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emenda, não sanada em 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

verocimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplemento contínuo; e demais casos previstos nesta Escritura de Emenda ou em lei.

5.15.1 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, acrescido de Remuneração, calculados pro-rata temporis até a data do efetivo pagamento, em até 30 (trinta) dias contados da comunicação neste sentido, e ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 11.7 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda pelo pagamento dos encargos previstos na Cláusula 5.11 acima. 1

**III. LEITURA E APROVAÇÕES:** Lida a Proposta, complementada com os detalhes sobre a operação, anexo à mesma, submetida à apreciação e votação, a Assembleia: 1) aprovou a emissão de debêntures nas condições da Proposta do Conselho de Administração, complementadas com detalhes sobre a operação; 2) Autorizou a Diretoria a contratar instituições financeiras para intermediar a emissão pública das debêntures, nos termos e condições que sejam adequados, atendida a legislação aplicável, bem como, nomear o Agente Fiduciário e contratar





a sua remuneração, assinar os demais termos e contratos relativos à emissão de debêntures, noticiando os atos eventualmente já praticados pela Diretoria; 3) autorizar a consolidação do Estatuto Social, a ser arquivado juntamente com a presente Ata, para atender às exigências de registro de operação na forma da lei. - Anexos I e 4) Delegou poderes ao Conselho de Administração a praticar todos os atos referidos no parágrafo 1º do art. 59 da Lei 6.404/76. **II-ESCLARECIMENTOS:** 3.1)ATA E PUBLICAÇÕES: Autorizada a elaboração da Ata sob a forma resumida sua publicação sob o nome dos acionistas presentes. 3.2) Não houve Parecer do Conselho Fiscal por não se achar instalado e não foi requerida a sua instalação nesta Assembleia. 3.3.) APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Lida e lida, foi a presente Ata aprovada pelos acionistas presentes.

.....  
Júlio César de Lucena - Presidente

.....  
Midegani Gutz Harta -Secretária

ALMENARA S.A.,  
BIYMAR LIMITED,  
BUNGE FOODS LIMITED,  
BUNGE INTERNATIONAL LTD,  
DEANSHILL LIMITED,  
FIRCHIA S.A.,  
LA CERES S.A.,  
LUBERON S.A.,  
TENSATOR LIMITED,  
RIEINA S.A.,  
OCTAVIO ALFREDO CARABALLO

pp. Midegani Gutz Harta.

"N.V. 'BELEGGENDEMAATSCHAPPIJ 'BERG DOM'

pp. Hildegard Gatz Roma;

PARTICIPACIONES EPSEON S.C. LTDA

pp. Miguel Juan Pryor

JOSÉ JÚLIO CARDOSO DE LUCENA

BRUNO PAUL EMMANUEL ARDUZE-SCHER

